

Editorial

É com satisfação que disponibilizamos à comunidade acadêmica e público interessado o v. 27, n. 49, maio/ago. 2014, da Revista Educação Especial. Com circulação em todo o território nacional e também internacional, figura em indexadores internacionais, além da disponibilidade no portal CAPES.

Este número apresenta 16 artigos da demanda contínua agregando temáticas variadas que evidenciam o crescimento da área e o adensamento do conhecimento produzido. Assim temos:

O artigo intitulado *(Des) continuidade nos estudos de alunos com deficiência na trajetória do Ensino Fundamental ao médio: uma análise inicial dos microdados MEC/INEP* de autoria de Laura Ceretta Moreira e Ana Paula de Abreu van Carvalho, visa colaborar com as discussões das políticas públicas de educação especial enfatizando o alunado com deficiência mental matriculado no ensino médio. Dentre outras constatações o estudo aponta que a descontinuidade de estudos em relação a este alunado demonstra estarmos ainda, distantes da garantia do direito a educação a todos e, que o engajamento estatal, é fundamental para que isso ocorra.

As autoras Alexandra Ayach Anache, Sabrina Stella Maris Rovetto e Regiane Alves de Oliveira, no artigo intitulado *Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior* apresenta uma pesquisa de caráter retrospectivo, descritivo e documentado a respeito da experiência do processo de implantação do AEE em uma instituição de ensino superior. A partir desse estudo foi possível apresentar a possibilidade de desenvolver diversas ações de ensino, pesquisa e extensão, nos *campus* da universidade, direcionados às pessoas com necessidades educacionais especiais, apesar dos diversos entraves burocráticos ainda existentes.

Concordância/Discordância acerca do processo inclusivo no ensino superior: um estudo exploratório, de autoria de Lígia da Silva Marques e Claudia Gomes, apresenta estudo a respeito da concordância docente acerca da inclusão no ensino superior de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação. O estudo aponta para a necessidade de avanços nas discussões e práticas educacionais que sustentem a atuação profissional inclusiva.

O artigo intitulado *A importância da pedagogia nos processos inclusivos*, de autoria de Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus, é um convite a reflexão sobre os desafios da Pedagogia na construção de processos mais inclusivos na área educacional.

Sandra Lúcia Silva de Araújo e Maria Amélia Almeida, no artigo intitulado *Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual*, apresenta a consultoria colaborativa que pode ser considerada como uma parceria entre professor de educação especial, ensino comum e outros profissionais. A efetivação dessa parceria pode trazer importantes contribuições para a família, para a escola e para a comunidade. Nesse sentido, a consultoria colaborativa pode ser uma alternativa para a inclusão, não apenas no âmbito da intervenção, mas também no âmbito da prevenção, da reflexão e da transformação do meio escolar.

A produção acadêmico-científica do Brasil na área das altas habilidades/superdotação no período de 1987 a 2011, de autoria de Miguel Claudio Moriel Chacon e Bárbara Amaral Martins identifica e analisa teses e dissertações que se propõem a investigar a temática das altas habilidades/superdotação, verificando a participação da área da Educação nestas pesquisas. O estudo relata o desequilíbrio entre as instituições e se propõe a investigar a temática nas regiões brasileiras, bem como os assuntos abordados por estas pesquisas sobre altas habilidades/superdotação.

O artigo intitulado *Conhecimentos prévios dos alunos surdos fluentes em libras referentes à linguagem algébrica no Ensino Médio*, de autoria de Silvia Teresinha Frizzarini e Clélia Maria Ignatius Nogueira, tem como objetivo destacar os conhecimentos prévios dos alunos surdos, fluentes em Libras, referentes a linguagem algébrica utilizada no Ensino Médio. O estudo conclui que não se deve separar a representação algébrica dos outros registros, devido à necessidade de a língua de sinais desempenhar não apenas função de comunicação, mas também as funções de objetivação e tratamento, fundamentais no desenvolvimento cognitivo.

O artigo intitulado *A criança com Síndrome Cri-Du-Chat na escola comum: um estudo de caso*, de autoria de Rogério Drago, Vanessa Pita Barreira Burgos e Camila Reis dos Santos, apresenta a Síndrome Cri-Du-Chat ou Síndrome do Miado do Gato, como é comumente conhecida. O trabalho evoca questões médico-biológicas pertinentes à síndrome, a relevância do processo educacional inclusivo e finaliza ilustrando um estudo de caso.

Luciane Najjar Smeha e Vera Lúcia Pacheco de Oliveira, no artigo intitulado *Inclusão escolar: a percepção das mães de alunos com Síndrome de Down*, apresenta a percepção das mães sobre a vida escolar do filho com Síndrome de Down. O estudo aponta que incluir alunos com essas características passa pelo compromisso de descobrir e organizar ações que respondam de maneira adequada às necessidades dos mesmos.

Quando não se falava em inclusão: a história de vida do primeiro advogado cego formado no Brasil, de autoria de Bento Selau e Magda Floriana Damiani, apresenta a história de vida daquele que foi considerado o primeiro advogado cego do Brasil o qual se intitulou em 1957.

Claudia Rodrigues de Freitas, no artigo intitulado *Philip dos civilizados: o selvagem da selva de pedra*, analisa os modos de organizar a vida e aprendizagem de um menino em situação de sofrimento psíquico e desamparo social, a partir do momento em que é atendido em um espaço escolar.

Alguns efeitos do nosso tempo na formação de professores da Educação Especial, de autoria de Leandra Bôer Possa e Maria Inês Naujorks, problematiza as discussões em torno da formação de professores da Educação Especial a partir de três temas: a inclusão, a escola inclusiva e a educação para todos; o binômio da Educação Especial que apresenta o campo clínico em contrário ao da Educação; e a perspectiva totalizante e polivalente que vem contornando o discurso da política de formação do professor/a da Educação Especial.

As autoras Luciana Pizzani, Juliana de Fátima Lopes, Mariana Gurian Manzini e Claudia Maria Simões Martinez, no artigo intitulado *A contribuição da análise da análise de conteúdo nos estudos na área da Educação Especial e sua interface com a prematuridade*, analisou teses e dissertações disponibilizadas no Banco de Teses da Capes, envolvendo a temática da prematuridade. O estudo aponta que a análise de conteúdo contribui para identificar os aspectos mais estudados na área da prematuridade no Brasil, bem como dá visibilidade ao trabalho que vem sendo realizado por diferentes áreas do conhecimento e por equipes multiprofissionais, na tentativa de prevenir ou minimizar as sequelas incapacitantes, através da estimulação e intervenção precoce, já que o nascimento pré-termo pode ser considerado um problema de saúde coletiva devido a sua alta ocorrência em todo mundo.

Produção científica da Terapia Ocupacional na inclusão escolar: interface com a Educação Especial e contribuições para o campo, de autoria de Aline Cirelli Coppede, Alyne Kalyane Câmara de Oliveira, Fernanda Duarte Rosa e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, através de estudo exploratório e descritivo, com abordagem bibliométrica, identifica a produção científica nacional acerca das contribuições da Terapia Ocupacional no processo de inclusão escolar.

O artigo intitulado *Eficácia de mobiliário escolar adaptado de baixo custo no desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral*, de autoria de Marco Aurélio Teixeira Piovezanni, Aila Narene Dahwache Criado Rocha e Lígia Maria Presumido Braccialli, descreve a confecção de uma cadeira e uma mesa escolar adaptadas com material de baixo custo e verificar a sua eficácia no desempenho grafomotor de uma criança com paralisia cerebral.

Finalizando, Fabiane Romano de Souza Bridi e Claudio Roberto Baptista, no artigo intitulado *Deficiência Mental: o que dizem os manuais diagnósticos?* Investiga o que dizem os manuais diagnósticos acerca da deficiência mental, principalmente, no que se refere ao conceito de deficiência mental, aos critérios de diagnóstico e classificação. Foi possível observar uma estreita ligação entre a proposição teórica dos diferentes manuais. O estudo indica, também, que a compreensão teórico-conceitual a respeito do fenômeno da deficiência mental, traz implicações diretas na proposição e nas configurações das práticas pedagógicas.

Desejando uma proveitosa leitura, agradecemos a confiança dos autores que submeteram seus textos, bem como aos colaboradores deste número.

Maria Inês Naujorks

Editora

